



## Horta Comunitária e Quintais Produtivos da Comunidade Coelho Atikum Jurema e os Desafios da Covid-19

*Elijalma Augusto Beserra<sup>1</sup>; Vivianni Marques Leite dos Santos<sup>2</sup>; Eva Mônica Sarmento da Silva<sup>3</sup>; Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira<sup>4</sup>; Hesler Piedade Caffé Filho<sup>5</sup>*

**Resumo:** A pandemia de Covid-19 gerou grandes mudanças na forma de comercializar os produtos da agricultura familiar. Foram dois anos de perdas e incertezas, mas também de redefinição das formas de produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar. Neste contexto encontra-se a Comunidade Coelho Atikum Jurema, que, após anos de luta, implantou um projeto de horta comunitária e quintais produtivos. Neste espaço os agricultores familiares passaram a cultivar, de forma orgânica, e baseado na agricultura Atikum, espécies de olerícolas, mediante uma gestão coletiva e parental. Com o objetivo de identificar como a horta comunitária foi afetada pela Covid-19, realizou-se uma pesquisa descritiva, qualitativa, no período de setembro a dezembro de 2021, onde foi possível identificar uma série de adversidades enfrentadas pela comunidade em adaptar-se ao mercado que surgiu como consequência das regras de convívio social, impostas em decorrência da Covid-19, as quais impactaram diretamente nas técnicas mercadológicas empregadas pela comunidade.

**Palavras-chave:** Atikum Jurema, Covid-19, Horta Comunitária, Mercado.

## Community Garden and Productive Backyards of the Coelho Atikum Jurema Community and the Challenges of Covid-19

**Abstract:** The Covid-19 pandemic generated major changes in the way in which family farming products are sold. There were two years of losses and uncertainties, but also of redefining the ways of production and marketing of family farm products. In this context is the Coelho Atikum Jurema Community, which, after years of struggle, implemented a project for a community garden and

<sup>1</sup> Universidade Federal do Vale do São Francisco, discente do Doutorado Profissional em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, elijalma@hotmail.com, <http://lattes.cnpq.br/9844020504686899>;

<sup>2</sup> Universidade Federal do Vale do São Francisco, docente do Doutorado Profissional em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, vivianni.santos@univasf.edu.br, <http://lattes.cnpq.br/3040638073236492>;

<sup>3</sup> Universidade Federal do Vale do São Francisco, docente do Doutorado Profissional em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, eva.monica@univasf.edu.br, <http://lattes.cnpq.br/0072424557452803>;

<sup>4</sup> Universidade Federal do Vale do São Francisco, docente do Doutorado Profissional em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, lucia.oliveira@univasf.edu.br, <http://lattes.cnpq.br/9814539262982598>;

<sup>5</sup> Universidade Federal do Vale do São Francisco, discente do Doutorado Profissional em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, hesler.caffe@univasf.edu.br, <http://lattes.cnpq.br/7527346637492629>.

productive backyards. In this space, family farmers started to cultivate, organically, and based on Atikum agriculture, vegetable species, through collective and parental management. In order to identify how the community garden was affected by Covid-19, a descriptive, qualitative and quantitative research was carried out from September to December 2021, where it was possible to identify a series of adversities faced by the community in adapting to the market that emerged as a result of the rules of social interaction, imposed as a result of Covid-19, which directly impacted the marketing techniques used by the community.

**Keywords:** Atikum Jurema, Covid-19, Community Garden, Market.

## Introdução

Não é incomum identificar reflexos da cultura e tradição de um povo refletindo nas várias práticas e processo produtivo desenvolvidos por estes grupos, nesta perspectiva, e de forma mais marcante, mesmo em um momento histórico em que as distâncias foram minimizadas pela abundância e agilidade dos meios de comunicação e transportes, as tradições culturais acabam sendo a marca dos mercados, comércios e meios de produção das diferentes culturas nacionais que formam a teia cultural que é o Brasil.

Não obstante os vários elementos comuns entre os grupos sociais existentes em um país continental como o Brasil, não é difícil perceber que a forma de gestão dos empreendimentos existentes em uma região tradicionalmente colonizada por alemães, italianos e árabes é realizada de forma bem distinta entre si, e destas, com a forma como pernambucanos e baianos organizam suas empresas, associações, cooperativas ou outras espécies de empreendimentos socioeconômicos. Essas diferenças nos métodos da gestão do empreendimento e de relacionar-se com os seus clientes não implicam asseverar que uma forma seja melhor que a outra, apenas revelam a necessidade de o pesquisador delimitar seus sujeitos de estudo por território, e, em função da maneira como ocorreu a formação sociocultural da comunidade que estará analisando, não atentar para estas idiosincrasias sociais, possivelmente resultará em erros no processo de análise.

Provavelmente resida nessas singularidades sociais a decisão dos estudiosos do ramo da administração em trabalhar o conceito de cultura de uma organização ou como eles normalmente intitulam de “cultura organizacional” (CHIAVENATO, 2021). Processo este que essencialmente busca identificar e reunir os hábitos, valores, crenças, costumes, comportamentos, ideologias e visão do grupo, e que, segundo Luz (2003), compõem a política de empresa, do grupo das organizações. Considerando que a percepção de que a cultura de um

povo exerce significativa influência na organização das corporações, teoria bastante defendida pelos pesquisadores de forma de otimização de mecanismos institucionais, porque, então estes fatores, caros para as grandes organizações empresariais, não seriam relevantes para os aspectos de gestão, sustentabilidade e competitividade dos empreendimentos sociais?

Comungando desse entendimento, desenvolveu-se este estudo analítico sobre como vem sendo desenvolvido o trabalho de gestão social da horta comunitária e quintais produtivos existente na comunidade tradicional Coelho Atikum Jurema, localizado próximo ao povoado de Izacolândia, Zona Rural de Petrolina, estado de Pernambuco. Onde se procurou realizar uma identificação dos aspectos de gestão, sustentabilidade e competitividade que vem sendo adotados naquele empreendimento social, e como a crise mundial acarretada pelo pandemia de Covid-19, doença infecciosa provocada pelo vírus Sars-CoV-2 (FURLANETO et al. 2021, p. 03) - síndrome respiratória aguda grave – coronavírus 2 - da família dos coronavírus (*Coronaviridae*) (DA SILVA et al. 2020, p. 3764), afetou a vida em sociedade, com repercussões diretas no projeto social.

Naquele momento buscou-se identificar como determinados aspectos da cultura Atikum contribuíram para construção da horta comunitária e os quintais produtivos, não como meros instrumentos de produção de capital, mas como experiência “entendida como uma tecnologia social” (FONSECA et al. 2021, p. 108), baseada em relações democráticas, participativas, parental e de solidariedade.

Finalmente buscou-se identificar os resultados socioeconômicos e ambientais que esses empreendimentos de economia solidária, vêm produzindo e, em que medida e aspectos culturais podem estar motivando ou dificultando o desenvolvimento dos beneficiados, do grupo social e da atividade produtiva. Em especial no período da pandemia associada á Covid-19, momento em que medidas governamentais, seguindo as orientações de especialistas em epidemiologia e da própria da Organização Mundial da Saúde (OMS), impuseram práticas profiláticas de “distanciamento e isolamento social, quarentena e resguardo domiciliar como forma de restringir o contágio pelo Coronavírus ao mínimo” (FONSECA et al. 2021, p. 110), as quais afetaram a mais cara das características dos empreendimentos sociais que são a socialização, a comunicação direta e os circuitos curtos de comercialização.

### **Procedimentos Metodológicos**

O presente estudo foi realizado nos meses de setembro a dezembro de 2021 e teve como público-alvo a comunidade tradicional da etnia Coelho Atikum, da Terra Indígena Jurema, formada por indivíduos que auto identificam como sendo descendentes do Povo Atikum, e residem em uma área correspondente ao Sítio Coelho, localizada na Zona Rural do município de Petrolina, Estado de Pernambuco, inserida no Território Sertão do São Francisco Baiano e Pernambucano (TSSF) (BIANCHINI et al., 2020, p. 89).

O locus deste trabalho, é atualmente formada por um grupo de agricultores e agricultoras, grande parte oriunda de um mesmo tronco parental, que construíram, através de uma luta que remonta o ano de 1919, uma comunidade pertencente ao tronco indígena Atikum, composto por 32 (trinta e duas) famílias predeterminantes indígenas ou caboclos, como eles mesmo intitula aos indivíduos que foram agregados ao grupo mediante processo de casamento e união civil.

Para alcançar o objetivo proposto para esta pesquisa, que foi identificar como a tradição cultural da agricultura Atikum e seus meios de produção parental foram afetados pelo contexto da pandemia associada à Covid-19, foi concebido este trabalho de pesquisa, durante o qual optou-se por um estudo com abordagem quali-quantitativa, com predominância dos elementos qualitativos tendo em vista o contexto sociocultural que envolve os sujeitos da pesquisa. Todavia foi necessário trabalhar com dados quantitativos, em especial para subsidiar e assessorar as informações qualitativamente apuradas durante as entrevistas semiestruturadas realizadas na comunidade.

Neste cenário cultural de fortes aspectos sociais e identitários que exigiram uma série de interpretações dos contextos apresentado pelos sujeitos pesquisados, optou-se por realizar uma pesquisa de natureza descritiva, tendo em vista todos os elementos que envolvem o objetivo da pesquisa que exigiu do pesquisador a realização de uma análise contextualizada de um conjunto de fenômeno social identificados na comunidade (GODOI et al., 2006).

Na estruturação da pesquisa foi feito uso de dados secundários e primários, realizados desde pesquisa documental e dados primários obtidos mediante a aplicação de observação participante, seguida de entrevistas semiestruturadas. A pesquisa documental foi realizada em documentos relacionados ao projeto da Horta comunitária em poder da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf).

No que tange a identificação dos aspectos antropológicos que contribuíram para a formação sociológica da comunidade e sua associação a agricultura Atikum, foi realizada uma revisão de literatura relacionada ao processo de ordenamento histórico cultural da Etnia

Atikum e seus processos de produção, coletou-se em fontes secundárias material já publicado em livros, artigos de periódicos, além de material disponível na internet, com o intuito de construir o arcabouço de teorias necessárias a esta fundamentar a produção da pesquisa (FARIA et. al, 2019, p. 85, apud PINHEIRO, 2010, p. 22).

A partir dos elementos coletados na pesquisa, foi possível observar que o processo de construção social do projeto de horta comunitária e quintais produtivos implantados na comunidade Coelho Atikum Jurema e como o modo de organização da produção baseado nos princípios da relação parental reflete uma reminiscência das práticas tradicionais, típicas da etnia Atikum, também conhecida como agricultura Atikum e como esta estrutura foi influenciada pelo sistema de mercado que surgiu durante a pandemia da covid-19.

### **Comunidade Coelho Atikum Jurema Da Etnia Atikum**

Os povos indígenas pernambucanos são exemplos de comunidades que durante o processo de interiorização da economia no período colonial brasileiro, tiveram que conviver com a escravidão, esbulho, grilagem, violência físico e cultural, associada a uma série de ações públicas e privadas que promoveram um verdadeiro genocídio de grupos sociais que durante o período pré-cabraliano ocupavam extensas áreas semiáridas do estado, o qual, mesmo conhecido como o “leão do norte”, não teve força e disposição para proteger seus primeiros moradores.

Dados históricos catalogados por pesquisadores como Grunewald (2004) indicam a existência de membros da etnia Atikum na região atualmente correspondente ao submédio São Francisco pernambucano, por volta do ano de 1969. Relatos catalogados por Mendonça (2012) indicam que em 1746 (MENDONÇA, 2012, p. 31), membros desta comunidade andavam pelo vale do Pajeú, nos primeiros anos do século XIX, bem como apontamentos históricos registram a ocorrência de aldeamento da etnia Atikum na localidade de “Olho d’água da Gameleira, de onde se dispersaram em 1819” (GRUNEWALD, 2004, p. 144; MENDONÇA, 2012, p. 32).

Não obstante toda esta longa história de resistência e adaptação dos índios pernambucanos, Grunewald (2004) ao realizar um trabalho de pesquisa sobre os Atikum da serra de umã, destaca a existe no imaginário nacional de uma tendência em considerar, e mesmo exigir, que para ser considerado índio, os indivíduos necessitam portar-se como as etnias que habitam as mais remotas áreas da floresta amazônica. Esta teoria é fruto da percepção do pesquisador, da existência de uma cultura eurocêntrica que permite que pessoas,

de forma equivocada, associam os índios a “imagem de “selvagens”, “aborígenes”, “autóctones”, que se apresentam a nós, “ocidentais” e “civilizados”, como exóticos em sua língua, seus trajes, seus costumes” (GRUNWARD, 2004, p. 139).

Esta malfadada forma de interpretar a realidade da grande maioria dos povos indígenas, muitas vezes alimentadas pelo modo como as escolhas ainda insistem em representar os indígenas, acabam perpetuando uma cultura discriminatória em relação a expressiva parcela das etnias nacionais que, por diversos fatores históricos e sociais, foram privados da referência de sua língua originária e, como todo e qualquer brasileiros, falam português, usa telefone e vestem roupas semelhante aos demais membros da população local.

Essa nova feição das atuais comunidades indígenas nordestinas, levaram os defensores da teoria da aculturação, a bradar que os índios do semiárido nordestino passaram por um processo de adaptação, amoldamento e incorporação aos costumes dos brancos, após um processo de contato forçado imposto pelas leis pombalinas com as comunidades brancas e negras que ocuparam o interior da região com seus criadores de gado durante o ciclo do couro.

Independente da teoria que se opte por adotar, uma premissa não pode ser negligenciada, a de que na medida em que os índios iam perdendo seus territórios tradicionais, os quais eram ocupados pelos colonizadores e seus prepostos, estas comunidades passavam por um paulatino processo de ocultação de traços de sua cultura e seus costumes tradicionais. Até porque, esta era uma forma intencional de proteger-se dos invasores. Foi este camuflamento cultural e identitário quem possibilitou que determinados grupos conseguissem guardar fragmentos de sua identidade, fato que lhes permitiram preservar um sentimento de grupo étnico.

Dados históricos revelam também que outra tática adotada por pelos povos indígenas foi procurar se refugiar em pontos remotos dos altiplanos da região, onde tornaram-se verdadeiras trincheiras de esperança em meio a um processo de opressão colonizadora. Esta capacidade de aquilombar-se em comunidades indígenas ou caboclos foi o mecanismo que possibilitou que atualmente estas populações indígenas pudessem ser vistas como membros remanescentes das etnias originárias.

De plano vê-se que foi a resiliência demonstrada pelas comunidades tradicionais quem permitiu que os adeptos da etnogênese, opondo-se aos culturalistas, defendessem a tese de que as comunidades indígenas nordestinas verdadeiramente não sofreram uma perda cultural, mas apenas formaram novos grupos étnicos que assumiram sua identidade de índios, “uma vez que

seus antepassados eram assim designados e que assim podiam ter acesso à terra e obter assistência da União” (GRUNEWARD, 2004, p. 139).

Outros estudos identificam no movimento de dispersão um instrumento de resistência e preservação. Ferreira (1989) e Gruneward (1993) identificaram que, já no início do século passado, autores como Jorge e Freitas (1901) traziam relatos de grupos indígenas ocupando grandes áreas do sertão pernambucano. Estas pesquisas conseguiram caracterizar que na virada do século XVII para o XVIII estes grupos de índios, fugindo da perseguição dos colonizadores, “adotavam em uma prática nomadista ou de perambulação” (RIBEIRO, 1986, p. 40). Esta movimentação que poderia estar relacionada aos ciclos de chuvas, na verdade já representava uma estratégia de sobrevivência baseado na teoria de refúgio e fuga conforme relata Gruneward (2004), e provavelmente tenha permitido que fragmentos culturais dos povos tenham sido preservados em rincões e serras dos sertanejos.

Não bastassem estas evidências, existe uma série de trabalhos que sustentam a teoria da ocorrência de um conjunto de processos históricos sociais que permitiram a preservação, para uns, transformação, para outros, ou mesmo a "ressurgência" ou "emergencial", para uns terceiros, de grupos étnicos tradicionais. Um dos estudos é o realizado por Ricardo (1986) segundo o qual, à medida que eram escoraçados de suas terras, os índios se juntavam aos bandos que perambulavam pelas fazendas sertanejas, à procura de um lugar onde pudessem se fixar. Registro construído a partir de relatos de viajantes indicam que no começo do século XIX, vários grupos de índios eram vistos nas margens do São Francisco. “Alimentavam-se de peixes ou do produto de minúsculas roças plantadas nas ilhas inundáveis – únicas cuja posse não lhes era disputada – e trabalhavam como remeiros e como peões das fazendas vizinhas” (RIBEIRO, 1986, p. 56).

Estas diferentes formas de êxodos ou diásporas identificadas na história dos índios nordestinos autorizam a teorizar que algumas das áreas hoje ocupadas ou reivindicadas pelos grupos indígenas, muitos deles geograficamente fora do Território Indígena (TI) reconhecido pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), como é o caso dos Atikum Jurema, possivelmente, formavam, no período pré-cabraliano, terra indígena, de onde, ao longo dos anos, os ocupantes foram despojados ou esbulho pelo roubo das terras. Nesta perspectiva, em conformidade com Estrela et al. (2012), é bem provável que as etnogêneses que se exteriorizam no semiárido pernambucano, tanto na “primeira emergência étnica, quanto, durante os levantamentos de 1970, resultam da interação e do contato entre os vários grupos

indígenas aldeados em diferentes momentos da ocupação do Vale do São Francisco, formando algo próximo de uma babel étnica” (ESTRELA et al., 2012, p. 18, Apud Andrade, 2002).

Como se verifica, os troncos étnicos atualmente existentes em Pernambuco, os reconhecidos, assim como, os em processo de reconhecimento, como é o caso dos Atikum Jurema, tem sua história marcada pela expropriação, o esbulho, a diásporas e principalmente por uma notável resistência. Estes movimentos forjaram nas comunidades indígenas do submédio São Francisco um espírito de guerreiros, e desenvolveram uma resiliência que os permitiram se agruparem em torno da luta por direito a cidadania, reconhecimento, saúde e proteção junto ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Andrade (2002) defende a teoria que estes movimentos de luta pelo reconhecimento, gerou um sentimento importante para os povos indígenas que foi a parentela (SILVA et al. 2012, p. 40), elemento que funcionou como amálgama das diferentes etnias, possibilitando a mútua colaboração dos povos, sentimento difundido “pelos Truká e tudo indica que ela - a parentela - teria dado ensejo ao processo também conhecido de etnogênese desse grupo, reconhecidos pelo SPI em princípios de 1950” (ANDRADE, 2002, p. 148).

A opção por ombrearem-se identificada por Andrade (2002) já havia sido destacada por outros pesquisadores como Ribeiro (1986), Salomão (2007) e Estrela et al, (2012), segundo os quais, neste contexto de dispersão pela caatinga, a cooperação cultural entre os grupos foi fundamental para a preservação cultural desses povos, nesse processo se destaca o papel exercido pelo representantes da etnia Tuxá, da região de Rodelas, no estado da Bahia (RIBEIRO, 1986, p. 30), os quais assumiram a missão de recuperar comunidades tradicionais que haviam perdido parte de seus saberes e conhecimento.

Informações colhidas pelo professor Juracy et al. (2012), asseveram que os Tuxá desempenharam função primordial no movimento recuperação da cultura das etnias indígenas nordestinas, “haja vista, ter sido a etnia mais atuante no processo que ficou conhecido como “levantar a aldeia” (ESTRELA et al., 2012, p. 19). Movimento de recuperação cultural onde muitos mestres, lideranças e pajés da etnia Tuxá andaram no Nordeste promovendo a afirmação cultural dos povos e criando as bases para o reconhecimento étnico, de vários povos indígenas do semiárido nordestino, entre eles os Atikum e Pankará (SALOMÃO, 2007).

Considerando particularmente a etnia Atikum, Da Silva (2007) indica que modernamente, em Pernambuco, os Atikum estão predominantemente concentrados na Serra de Umã (DA SILVA, 2007, p. 29). Segundo Ferraz (1957), Gruneward (1993) e Da Silva



(2007) a presença dos Atikum no sertão de Itaparica remonta aos anos de 1814 (DA SILVA, 2007, p. 29), essas evidências permitiram que em 1996 (MENDONÇA, 2012, p. 37), ocorresse a homologação da Terra Indígena (TI) do povo Atikum de umã, que já era reconhecidos pelo SPI desde 1949 (MENDONÇA, 2012, p. 35; DA SILVA, 2007, p. 30).

Recentemente, dados fornecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) do governo do estado da Bahia, indicam que a etnia Atikum ocupa parte do território dos estados de Pernambuco e da Bahia. Nesta mesma direção estão as informações apresentadas no Monitoramento Terras Indígenas no Leste e Nordeste do Brasil, realizado pela Associação Nacional de Ação Indígena (ANAI) que em 2021 apontaram a existia de representações do povo Atikum em comunidades espalhadas por oito municípios de Pernambuco:

**Tabela 01** - Comunidades indígenas autodeclaradas da etnia Atikum em Pernambuco.

| TERRA INDIGENA               | ETNIA  | MUNICÍPIO  | UF | TI           |
|------------------------------|--------|--|----|--------------|
| Atikum                       | Atikum | Salgueiro, Mirandiba, Carnaubeira da Penha, Belém de São Francisco | PE | Regularizada |
| Atikum (Brejo do Gama)       | Atikum | Mirandiba, Carnaubeira da Penha,                                   | PE | Sem Previsão |
| Atikum (Salgueiro)           | Atikum | Salgueiro  | PE | Sem Previsão |
| Atikum Bonsucesso            | Atikum | Santa Maria da Boa Vista   | PE | Sem Previsão |
| Atikum Brígida               | Atikum | Orocó  | PE | Sem Previsão |
| Atikum Jurema (Sítio Coelho) | Atikum | Petrolina, Lagoa Grande  | PE | Sem Previsão |

**Fonte:** ANAI (2021)

Como observado na Tabela 01, a comunidade Coelho Atikum Jurema é um dos seis grupos de indígenas pernambucanos antes conhecidos como sendo pertencentes ao tronco do povo Atikum, sentimento que é corroborado pelos fatos históricos anteriormente apresentados, que apresentam um grupo que ao ser forçado a movimentar-se pelas terras do sertão, possivelmente tenha criado raízes em vários veredas nas margens dos cursos de águas como é a comunidades do Sítio Coelho localizada às margens do rio Pontal.

Reforça esta cognição as informações repassadas pela liderança Atikum jurema, dentre elas a da Pajé Priscila Pereira, que durante entrevista destacou que a história de seu povo naquela comunidade remonta a mais de 300 anos, isso porque a quatro gerações o povo Atikum Jurema ocupa aquela região, “nós somos bisnetos dos Atikuns, nossas famílias levam

os nomes dos Anjos, Conceição, Silva e Pereira. Nossa tradição é o toré e a jurema. Na minha infância não vestia roupas, apenas fibra de caroá e dormíamos em esteiras” (Entrevistado 1, novembro de 2021).

Esta mesma percepção foi exteriorizada por outra liderança, a Cacique Gracilda Pereira, segundo a qual “a história de nossos antepassados foi de muita dificuldade, mal tínhamos o que comer, nossas casas eram todas de taipa, não tínhamos sequer acesso à água [...] recentemente iniciamos o processo de identificação de nossa terra indígena tradicionalmente ocupada junto a Funai” (Entrevistado 2, novembro de 2021).

### **A Cultura Da Agricultura Atikum Como Tecnologia Social Da Horta Comunitária E Os Quintais Produtivos Da Comunidade Atikum Jurema**

Dados fornecidos pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Etnicidade (NEPE) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) indicam que, atualmente, no território pernambucano, existem comunidades representantes das etnias Atikum, Fulni-ô, Kambiwá, Kapinawá, Pankará, Pankararu, Pipipã, Truká, Tuxá e Xucuru, sendo que muitos destes povos foram privados de parte das suas tradições ao longo do tempo. Como exemplo deste processo de opressão social adotado no século XIX, muitos dos rituais sagrados dos povos indígenas pernambucanos deixaram de ser praticados, entretanto ainda existem elementos comuns a estas culturas que conseguiram resistir ao tempo e as perseguições, dentre elas destacam-se o Toré enquanto ritual sagrada materializado em forma de uma dança coletiva, assim como as práticas produtivas estruturada na organização parental. Estes marcos culturais ainda hoje são normalmente praticados por diferentes etnias presentes na bacia do rio São Francisco.

Outras expressões culturais bastante relevante na região são: o artesanato com produtos naturais, a confecção de “bebidas sagradas (anjucá)” (SILVA et al. 2012, p. 42) a partir das cascas e raízes de árvore típicas da região, como é o caso da jurema sagrada, uma planta de domínio exclusivamente indígena com poderes de promove a distinção entre índios e não índios, e as práticas agrícolas, como é o caso das formas de plantio identificadas como agricultura Atikum que é a base da economia daquele povo (SILVA et al. 2012, p. 44).

Esses elementos culturais representam verdadeiros símbolos da resistência e união de diversos povos que não aceitaram renunciar a seus hábitos, rituais e princípios que formavam, e ainda formam, o amálgama que mantém o grupo unido como um povo, uma família, que mesmo espalhado pelo Nordeste brasileiro, ainda guardam sinais de similitude. Pode-se teorizar no sentido que a agricultura Atikum, modernamente podem ser entendidos, na

percepção de Fonseca et al (2021) como sendo uma tecnologia social, “compreendida como processos e frutos imersos nos conhecimentos e nas práticas cotidianas das comunidades populares” (FONSECA et al. 2021, p. 107).

Foi inserido neste campo epistêmico, com suas relações sociais, e ciente deste processo histórico que promoveu-se os estudos na comunidade indígena Coelho Atikum Jurema. Durante o processo de observação das práticas socioeconômicas, ambientais e culturais dos membros da comunidade, foi possível identificar uma estreita relação daqueles indivíduos com o meio ambiente (ESTELA et al., 2012, p. 190), forma de expressão que revela-se como uma das reminiscências de seu passado e sua ancestralidade. Esta interação homem-natureza é observada na comunidade Atikum Jurema, onde quatro gerações de indígenas constroem sua história e se organizam em torno da agricultura, da pecuária extensiva em área de sequeiro, do artesanato à base de produtos naturais e da extração de ervas e árvores nativas existente na área de caatinga da comunidade.

Estes resquícios da cultura herdados dos ancestrais Atikum fazem com que a comunidade atualmente procure organizar suas atividades sociocultural, mediante um processo de autorreconhecimento e de afirmação como grupo, através das práticas naturais de plantio e criação de pequenos ruminantes, desenvolvida de forma participativa e coletivo familiar, assim como eram as práticas realizadas por seus antepassados, onde o grupo retira da natureza grande parte de sua renda, convivendo com o meio de forma harmônica e pouco agressiva.

Segundo Da Silva, (2007) esta tradição é uma característica comum às diferentes correntes do povo Atikum que constroem relações com base em “elo familiar, constituído por relações estabelecidas tanto por parentesco consanguíneo quanto por afinidade” (DA SILVA, 2007, p. 34) assim como vem sendo realizada as atividades na horta comunidade e mesmo nos quintais produtivos existentes no Sítio Coelho, que tem se mostrado como um instrumento de desenvolvimento social sustentado, pois, em conformidade com Gomes et al. (2020), “as hortas comunitárias são criadas e desenvolvidas com o propósito de atender a qualidade de vida das pessoas e também é uma maneira de contribuir no orçamento das famílias” (GOMES et al., 2020, p. 03), promovendo a melhoria do vida do grupo social.

Nesta perspectiva, as hortas comunitárias da comunidade Atikum Jurema, são exemplos de “tecnociência solidária”, (FONSECA et al. 2021, p. 112) vindo sendo gerida de forma facultativa e democrática por membros da comunidade, que segundo a liderança consultada, e formada por uma população de aproximadamente 160 (cento e sessenta) sujeitos sociais, de

todas as faixas etárias, mas prioritariamente composta por jovens e adultos em idade laboral, os quais representam uma parcela de 95 pessoas. A parte mais numerosa do grupo é constituída pelas crianças, que corresponde a aproximadamente 40 (quarenta) indivíduos e, finalmente, os anciãos, que ocupam grande parte dos postos de liderança, além de exercer o controle dos processos produtivos, esse contingente etário é constituído por 25 (vinte e cinco) pessoas, que contribuem para a economia do grupo com o seu trabalho e com os proventos oriundos de suas aposentadorias.

Ainda relacionado às características dos modos de produção existentes na comunidade, uma parte do grupo social contribui com a renda econômica das famílias, através da comercialização de produção relacionados com o artesanato Atikum, esta fonte de renda além de contribuir de forma monetária, tem um papel cultural e identitário muito forte, haja vista, ser um instrumento de divulgação da origem étnica da comunidade. Ainda como forma de rendimentos, devido à grande parcela de idosos, e de crianças na comunidade, outra parte da contribuição para a economia local é oriunda dos benefícios sociais da aposentadoria rural e do Bolsa Família.

Dados repassados pelas lideranças entrevistadas, indicam que a maioria dos comunitários em idade laboral preferem trabalhar em atividades ligadas a agropecuária, ocorre que uma parcela significativa dos “mais jovens preferem trabalhar fichados” (Entrevistado 4, novembro de 2021) nas diversas fazendas de fruticultura irrigada da região, segundo os mais idosos, isso ocorre “devido a segurança do emprego fichado” (Entrevistado 4, novembro de 2021). Outra parte dos jovens que ainda não conseguiram empregos nas fazendas de manga e uva, preferem vender produtos agrícolas, especialmente uva, na rodovia que passa próximo a comunidade. Assim, acaba ficando para os mais idosos trabalhar na área da comunidade, onde são realizadas a criação de caprinos e ovinos e principalmente cultivadas as hortaliças, verduras, folhagens, frutas e plantas medicinais nos quintais produtivos e no espaço da horta comunitária, que é uma marca da comunidade na região.

Este projeto de horta comunitária foi uma conquista da comunidade, que em 2017, conseguiu que a Codevasf atendesse um antigo sonho da associação agropecuária e comunitária do Sítio Coelho, investimento R\$ 215 mil reais de recursos do Orçamento Geral da União para implementar um sistema de irrigação destinado a atender 2,5 hectares, os quais passaram a produzir olerícolas como alface, rúcula, coentro, espinafre, cebolinha, tomate cereja, pimentão, couve folha, repolho e quiabo. Segundo o engenheiro agrônomo responsável por

projeto, a ideia da Codevasf na época foi criar um novo meio de produção e renda compatível com a cultura dos comunitários.

*Aquelas famílias trabalhavam como diaristas em fazendas de terceiros. Com a horta comunitária e o sistema de irrigação implantado, elas passaram a produzir em seus próprios lotes, e produzir um produto orgânico. Lembro que eles comercializavam a produção no sistema de venda direta e no comércio local de Lagoa Grande. Aquilo foi um projeto piloto que resultou no pulmão verde que depois foram implantados na área de sequeiro do projeto de irrigação do pontal (Entrevistado 3, dezembro de 2021).*

Antes da pandemia os produtos extraídos dos quintais produtivos e da horta eram destinados para garantir a segurança alimentar e nutricional das famílias da comunidade além de representarem uma das principais fontes de geração de renda mediante a comercialização realizadas em circuito curtos de comercialização entre os membros das comunidades vizinhas, na feira agroecológica existente no município de Lagoa Grande, Estado de Pernambuco, ou mesmo para os fregueses consolidados entre os moradores da região.

Com o advento das pandemias e o fechamento das feiras livres e as feiras de orgânicos, associado a diminuição de pedidos individual, e posteriormente a diminuição do poder de compra da população em geral, ocorreu uma mudança na forma de comercialização dos produtos produzidos pela comunidade, fato que acabou provocando uma diminuição da produção e a busca de alternativas de geração de renda.

Mesmo para um grupo resiliente, para os quais as mudanças já são parte da história de luta como organizações sociais, mesmo considerando que “a própria trajetória da economia solidária registra constantes mutações e adaptações [...] apresentam plasticidades em sua aplicação de acordo com determinada comunidade, região, país, consubstanciada por processos históricos específicos” (FONSECA et al. 2021, p. 108), por ser uma comunidade marcadamente sociável e familiar, a comunidade Atikum Jurema acabou sentindo os efeitos das mudanças no comportamento social.

Como pode ser observado, as mudanças afetaram justamente a grande marca das práticas agrícolas do povo Atikum, que é a relação parental e de cooperação social. O distanciamento social afetou um instituto muito sensível para os produtores familiares da comunidade Coelho Atikum Jurema, isso porque não apenas modificou sua forma de relacionar-se em grupo e com os clientes, mas por afetar instrumentos públicos que são pilares na cadeira de mercado da maioria dos produtores, que é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Decreto 37.106/55 - e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - Lei nº 10.696/2003 -.

Segundo dados apresentados por Grisa et al. (2014) quando da criação do PAA suscitou-se um novo ordenamento para os mercados institucionais em relação aos produtos oriundos da agricultura familiar. Esta nova conjuntura veio a ser fortalecida em 2009 com a mudança imposta ao PNAE, mediante a criação da Lei Federal nº 11.947/2009, na qual o legislado indicava que uma parcela mínima 30% dos recursos federais previsto para aquisição de alimentos para as escolas, necessariamente deveriam ser direcionados para compra de alimentos oriundo da agricultura familiar.

Este provavelmente tenha sido o momento mais próspero para a agricultura familiar, tanto é que em 2012, o governo federal realizou novas implementações no programa, o que resultou na ampliação das categorias para PAA, possibilitando que novos produtos passassem a ser comercializados no programa. Com o advento destes novos normativos as compras governamentais de alimentos oriundos da agricultura familiar poderiam ser realizadas mediante a realização de chamadas públicas, sem a necessidade de realização de licitação. (GRISA et al., 2014, p. 139).

Todo este arcabouço normativo institucional criou um ambiente favorável, e em certa medida, acabou por acomodar o agricultor familiar, mesmo considerando que tais benefícios foram e são justos e socialmente adequados, muitos produtores passaram a dedicar-se quase que exclusivamente a atender às compras institucionais. Ocorre que, a partir de 2016, várias foram as mudanças impostas ao PAA e PNAE, todas visando mitigar os benefícios do produtor, que mesmo nesta nova conjuntura ainda dependia muito das compras institucionais.

A verdade é que, no campo da agricultura solidária, ninguém estava preparado para algo como foi a pandemia associada à Covid-19, este novo elemento criou um cenário que refletiu, com maestria, as base argumentativas do ensinamento de Oliveira et al. (2020) segundo a qual os produtores não devem focar unicamente na imagem de mercado padrão, no qual o tipo de “inovação necessário para ser competitivo está previamente definido por um paradigma tecnológico dominante” (OLIVEIRA et al. 2020, p. 140). A ideia de padronização de mercado poderia até ser útil em momentos pretéritos, ocorre que a Covid-19 passou a exigir dos agricultores a adoção de “processos de construção social de mercados que seguem rotas bastante distintas daquelas predominantes nos mercados convencionais de alimentos” (OLIVEIRA et al. 2020, p. 140), e para este novo mercado, a grande maioria dos pequenos produtores não estavam preparados, não tinham as ferramentas e conhecimentos necessários, e com o afastamento social perdeu o pouco da ATER que tinha.

## A Comunidade Coelho Atikum Jurema No Contexto Da Pandemia

Este atual cenário foi potencializado pelas restrições impostas pela Covid-19, período em que o distanciamento social e a dificuldade de comercializar sua produção levaram os jovens para novos mercados. Todavia já se fala entre os líderes da comunidade em retomar e fortalecer o momento em que predominava a tradicional agricultura Atikum. Naquele momento pré-pandemia, a comunidade praticava principalmente as atividades ligadas à agropecuárias manejadas no sistema agroecológicos da Povo Indígena Atikum Jurema que são basicamente a criação de caprinos, ovinos, suínos e aves; o policultivo de culturas de ciclo curto nos períodos de chuvas, em especial através da montagem de roçados de milho, feijão, abóbora e melancia, bem como, praticavam o extrativismo de espécies nativas da Caatinga, como o umbuzeiro, maracujá do mato, frutas nativas e espécies de cactos, sem falar na prática de coleta de mel de abelhas melíponas, e principalmente a mais importante das atividades, que são os quintais produtivos e a horta comunitária onde são produzidas hortaliças, plantas frutíferas, medicinais e ornamentais.

A verdade é que a comunidade passa por um momento de reorganização da sua forma de produção, diante da retomada das atividades nos moldes do que era praticado até 2019. O grupo de 160 pessoas residentes no região conhecida como Sítio Coelho, uma pequena tira de terra localizada no extremo norte do município de Petrolina, divisa com o município de Lagoa Grande, que formam a etnia Atikum Jurema, estão rediscutindo como produzir e gerar renda “em uma área de aproximadamente de 225 ha que ocupam desde 1919” (BIANCHINI et al., 2020, p. 90), e que é composta em grande parte por área de sequeiro, com pequenas manchas de terras irrigáveis, localizadas principalmente às margens do Rio Ponta. A mesma disposição de lutar que levou o território tradicional do povo Coelho Atikum Jurema a ser reconhecido pelo estado brasileiro por meio da autodeclaração da comunidade, no ano de 2017, certamente será necessário neste novo momento.

Muito embora a redução da receita proveniente das hortas e quintais produtivos, um sentimento externalizado pelos entrevistados merece ser destacado, ele refere-se à persistência em manter o projeto atuante e retomar o rumo do crescimento. É quase que unânime entre os entrevistados o desejo de resgatar os momentos de pujança anteriores a Covid-19, bem como fortalecer a comunidade que se mantém cheia de entusiasmo. Na verdade, o que falta na comunidade é água para irrigar, pois como disse alguns dos entrevistados “temos área para aumentar nossa produção e atender as demandas dos mercados, mas não temos água

suficiente para irrigar a área disponível”, irrigação esta que é praticada atualmente por 11 famílias que eventualmente são forçados a fazer rodízio de áreas a serem abastecidas, isso impede que a produção seja suficiente para dar liberdade econômica aos produtores.

Para dificultar ainda mais a situação dos produtores, eles relatam os elevados gastos com o pagamento da conta de energia do sistema de bombeamento da irrigação, bem como, os constantes gastos com a manutenção do sistema, quer sejam com o conserto de tubos, bombas ou mangueira, quer sejam com a substituição de produtos furtados, fato que vem ocorrendo com maior frequência na medida em que a exploração imobiliária trouxe novos moradores para a vizinhança da área indígenas.

Todos estes gastos acabam comprometendo a renda dos produtores, pois quando a bomba quebra, acaba demorando para ser consertada e esse tempo acaba prejudicando a qualidade dos produtos das hortas e quintais produtivos. Uma solução possível seria aumentar a vazão do sistema através da troca da bomba e/ou da tubulação, pois o sistema foi implantado para atender 5 (cinco) famílias e hoje já existem 11 (onze) produtores trabalhando, além de mais um grupo que pretende entrar, porém não há vagas. Como forma de mitigar a falta de água, estão sendo utilizadas as cisternas calçadão e sistema de reutilização de água cinza.

Todavia, os efeitos destes problemas poderiam ser minimizado se as vendas continuassem nos mesmos patamares que vinham sendo realizadas no período pré-Covid-19, todavia com o fechamento das feiras de orgânicos e feiras livres, associado às práticas de distanciamento social que levaram a diminuição dos parques serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que eram realizados por instituições como Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IF Sertão PE) e CODEVASF acabaram por potencializar os efeitos da crise criada pela declaração da pandemia e consequente fechamentos dos pontos de vendas.

Não bastasse esses problemas, outra perda extremamente sensível para as economias da associação foi marcada pela suspensão das políticas públicas de compra institucionais por meio dos PNAE e o PAA, que privilegiavam os agricultores familiares nas compras realizadas pelos entes federativos.

E percepção que se tem é que a crise global ocasionada pela pandemia de Covid-19, “doença infecciosa causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2)” (DIAS, 2021, p. 90), acabou por afetar profundamente as regras de relacionamento nas sociedade, o agravamentos dos sintomas e a curva de crescimento do número de mortos provocaram diferentes reflexos



na gestão da saúde pública, nas formas de mobilidade da população, assim como, nas diferentes formas de interação social. Em consequência destes cenários, muitos governos, na busca de mitigar os efeitos da pandemia, foram forçados a decretadas medidas restritivas, como suspensão de atividades, fechamento do comércio, suspensão de aulas e de eventos, chegando a decretar quarentenas e lockdowns.

Como se observa, com os agravamentos da crise causada pela pandemia, acabou-se por se determinar o fechamento das escolas e creches, que normalmente eram os principais clientes dos produtos gerados pela agricultura familiar, com isso as vendas dos produtos oriundos do quintal produtivo e da horta comunitária do Sítio Coelho acabaram sofrendo novas diminuições. A redução das vendas realizadas para o PAA, acabaram atingido de forma direta, com a diminuição do mercado, mas também de forma indireta, na medida em que outras associações e cooperativas que participavam das compras públicas, acabaram direcionando seus produtos para o já debilitado mercado direto existente no período de maior gravidade da crise pandemia, em especial no primeiro semestre nos anos de 2021.

Estas dificuldades não conseguiram ser minimizadas mesmo com a decisão de algumas prefeituras, que, para ajudar os produtores familiares a enfrentar os efeitos negativos da pandemia, direcionaram as compras que eram feitas para as escolas, para atender hospitais, asilos e casas de permanência. Outra ação que também foi tomada neste sentido diz respeito à mudança na Lei 13.987/2020, que passou a autorizar a distribuição de alimentos comprados no âmbito do programa do PNAE para as famílias dos estudantes das escolas, mesmo com a suspensão das aulas.

Como pode ser observado, e como bem foi descrito por Oliveira et al. (2020), “os efeitos das novidades, além de não obedecerem à trajetória esperada, são mais amplos e não se limitam a um estágio do processo de produção, podendo se desenvolver em torno de novos processos, produtos, mercados, novas organizações e redes de conhecimentos” (OLIVEIRA et al. 2020, p. 142), atingindo mais fortemente as organizações que estavam menos organizadas e que haviam concentrado suas vendas a um único nicho de mercado.

Ao afetar todas as áreas da economia, a pandemia também causou impactos importantes no setor alimentício, o fechamento temporário dos estabelecimentos de comercialização de alimentos, como centro de distribuição, feiras livres, restaurantes, bares, escolas e mercados públicos afetou severamente os pequenos produtores. Segundo Ribeiro Silva et al. (2020), “para muitos grupos da agricultura familiar, aqueles que já viviam em

situação de pobreza ou limitações nas condições socioeconômicas, a pandemia da Covid-19 pode significar intensificação da vulnerabilidade social” (RIBEIRO SILVA, 2020, p. 342).

Todavia nem todos os setores foram afetados na mesma proporcionalidade, relatos dos entrevistados na Comunidade Coelho Atikum indicam que, diferente da maioria dos setores econômicos, o agronegócio da fruticultura irrigada não parou as atividades durante os períodos de quarentena, desta forma, as fazendas de uva e manga acabam demandando uma considerada mão de obra, este momento acabou refletindo na comunidade Atikum Jurema, na medida em que, grande parte dos jovens da comunidade procuraram empregar-se nas fazendas da região, diminuindo a mão de obra no trato da horta e dos quintais produtivos.

Todos estes movimentos identificados no forma de produzir e comercializar da comunidade vem confirmar os ensinamentos de Oliveira et al. (2020) citando Meirelles (2004); Perez (2004) e Soler e Calle (2010), segundo o qual os setores que mais sofreram com a crise foi certamente os que não se adaptaram às novas características do mercado e não foram em “busca de formas alternativas de comercialização dos produtos, que objetivam melhores condições de inserção dos agricultores familiares nos mercados e maiores condições de acesso aos alimentos agroecológicos por parte dos consumidores” (OLIVEIRA et al. 2020, p. 144).

Oliveira et al. (2020) ainda destaca a importância de lançar mão de novas formas de comunicação e criação de circuitos de comunicação entre os produtores e os clientes. Um dos mecanismos seria os “chamados circuitos ou canais curtos de comercialização” (OLIVEIRA et al. 2020, p. 145). Estes processos tecnicamente se propunham a diminuir a distância do agricultor para o consumidor, levando a horta para mais próximo das casas dos usuários, para tanto as redes sociais e as tecnologias da informação e comunicação (TIC) passaram a serem ferramentas, tão ou mais importante que a enxada para a agricultor.

Ocorre que nem todas as associações conseguiram reagir com a mesma agilidade diante das limitações de contrato social impostas pelos governos. Assim, diante da impossibilidade de comercializar em seus tradicionais pontos de venda, não podendo mais receber consumidores em seus canteiros, e ainda competindo com as centrais de distribuição das grandes redes atacadistas, supermercados, mercadinhos e sacolões, que passaram a utilizar dos mais diferentes canais de comunicação para atender os consumidores em suas residências.

Os pequenos produtores de hortaliças, habituados a atuarem nas feiras livres, acabam convivendo com prejuízos consideráveis, isso porque as hortaliças e as folhagens são caracterizadas por serem produtos bastante perecíveis, com curtíssimo tempo de prateleira.

Mesmo a população tendo aumentado a busca por produtos saudáveis como os orgânicos, a diminuição na frequência de saídas de casa para realização das compras, acabou prejudicando os pequenos e médios produtores, principalmente aqueles que insistiram em utilizar os mesmos canais de comercialização, como foi o caso da comunidade Coelho Atikum. Todavia, na região do submédio São Francisco, há registro de associações de agricultores que foram mais rápidos no processo de adaptação, tendo inovado nos instrumentos e mecanismos de comercialização como a entrega direta e personalizada de seus produtos aos consumidores, ou mesmo, na utilização de drive-thru, take-out ou delivery para escoar a produção. Esses exemplos denotam a existência de alternativas e caminhos a serem trilhados pela comunidade Atikum Jurema.

### **Considerações Finais**

O convívio com os produtores do Sítio Coelho Atikum possibilitou a verificação que, no período pré-pandemia, momento em que os mercados estavam estáveis e culturalmente fundados em procedimentos consagrados e normalmente utilizados pela maioria dos produtores, os princípios e valores culturais da agricultura Atikum, que orientam as ações e os processos de produção adotados na horta comunitária e nos quintais produtivos da comunidade Sítio Coelho Atikum Jurema, mostraram-se suficientes para manter os circuitos de comercialização exigidos à época.

A organização das atividades baseadas em uma relação parental e fundadas em uma cultura agrícola tradicional, além de atender as necessidades e exigências do mercado, ainda carregava em si um significado, um simbolismo que agregava valor aos produtos cultivados na comunidade. A produção estava compatível com a necessidade de aquisição das instituições governamentais e a capacidade de consumo dos participantes do nicho mercadológico formado pelos frequentadores de feira livre ou feiras orgânicas.

Naquele momento a produção da horta e dos quintais eram utilizados para a segurança alimentar das famílias que participavam do programa, assim como dos seus parentes da comunidade. O excedente da produção era vendido em feiras livres e feiras de orgânicos, em circuitos curtos de comercialização, a comunidades vizinhas, bem como entregues para clientes regulares que ou iam buscar os produtos na comunidade, ou recebiam em casa. Da mesma forma que havia uma cota da produção que era destinada a ser vendida para a prefeitura de Lagoa Grande/PE.

Ocorre que a crise econômica e social causada pela pandemia associada à Covid-19 não respeitou os valores que sustentavam o sistema de circulação de alimentos naturais e saudáveis estruturados em torno de laços socioambientais, culturais e políticos. A nova situação que a humanidade foi lançada exigia dos produtores da agricultura familiar um novo comportamento, uma reação que muitos não estavam preparados para fazer ou não tinham expertises para reagir no tempo e na forma exigido pelo momento.

As feiras foram proibidas de funcionar, as pessoas não mais recebiam ou se dispunham a ir à comunidade em busca dos produtos, as escolas fecharam, com isso além de perder as compras da municipalidade, os membros da comunidade Atikum passaram a concorrer com os outros pequenos produtores familiar que deixaram de fornecer ao PAA e PNAE. Não bastasse este cenário, a restrição causou uma severa perda do poder aquisitivo da sociedade, com isso muitas das atividades paralelas como venda de artesanato e produtos naturais acabaram sendo prejudicadas, restando para os mais jovens os serviços nas fazendas de uva e manga que permaneceram operando.

Sem mercado e mão de obra, com as despesas crescentes com a horta e os quintais produtivos, fazia-se necessários procurar outros meios de comercialização, assim como fizeram as grandes redes de supermercado que passaram a trabalhar um marketing mais agressivo e a fornecer produtos na casa dos consumidores, garantindo todas as práticas profiláticas indicadas pela OMS.

Algumas associações de produtores, em especial as mais estruturadas, conseguiram até mesmo aproveitar o momento para adaptar-se às novas formas de comunicação, comercialização e distribuição, e passaram a lançar mão das redes sociais e da informática para aproximar-se dos consumidores, apostando na propaganda de seus produtos orgânicos como instrumento naturais para fortalecer as defesas naturais do organismo, aumentando sua resistência aos vírus.

Os produtores da comunidade Atikum Jurema não tiveram a mesma agilidade, contribuiu para isso o fato das instituições que poderiam estar fornecendo algum tipo de ATER, estas foram obrigadas a suspender suas atividades. Com isso, muitos agricultores familiares, como foi o caso da Comunidade Atikum Jurema, se viram diante de um problema que não tinham sido preparados para enfrentar, e pior, passaram a competir com as grandes instituições do mercado, que rapidamente identificaram os mecanismos de reação.

Apenas com a diminuição das restrições, e a reabertura dos mercados e feiras livres e de orgânicos, os produtores da comunidade voltaram a dar saída em seus produtos, todavia as

perdas económicas e pessoais foram muitas, mais uma vez a comunidade está sendo forçada a se recuperar, entretanto algumas coisas dificilmente serão recuperadas, entre elas está a mão de obras mais jovem, pois muitos rapazes e moças da comunidade viram na carteira assinada das fazendas de uva e manga, uma segurança que não tiveram no período da pandemia, e por consequência, afirmam não pretendem mais voltar para o trabalho na horta comunitária.

## Referências

ANDRADE, Ugo Maia. **Um Rio de histórias: a formação da alteridade tumbalalá e a rede de trocas do submédio São Francisco**. Mestrado em Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (Dissertação de mestrado), São Paulo, 2002.

BAHIA. SEDUR (Secretaria de Desenvolvimento Urbano). **PLANEHAB – Plano Estadual de Habitação de Interesse Social e de Regularização Fundiária**. Relatório 2. Estudos Básicos. Volume III – Caracterização dos Territórios de Identidade. Tomo IV. Salvador. Jul./2012. Mimeo.

BIANCHINI, Fabrício. et al. Diálogos interculturais dos povos indígenas e comunidades tradicionais do Território Sertão do São Francisco Baiano e Pernambucano. **Embrapa Semiárido-Capítulo em livro científico (ALICE)**, 2020.

CHIAVENATO, Idalberto. **Comportamento organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações**. 4ª edição. Editora Atlas, 2021.

DA SILVA, Georgia. **Chama os Atikum que eles desatam já: práticas terapêuticas, sabedores e poder**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007.

DA SILVA, Davi Porfírio; DOS SANTOS, Igor Michel Ramos; DOS SANTOS MELO, Viviane. Aspectos da infecção ocasionada pelo Coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2 (SARS-CoV-2). **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 2, p. 3763-3779, 2020.

DIAS, Juliana Luiza Barbosa; BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. Impactos da Covid-19 na produção e comercialização de alimentos em Brasília-DF: desafios para os assentados/acampados da reforma agrária. **GeoTextos**, 2021.

ESTRELA, Ely; MARQUES, Juracy; BORGES, Ricardo Dantas. Natureza Tuxá: Povo e seu Rio Sagrado. **Natureza Sagrada: ensaios de Ecologia Humana** In Marques, Juracy.(org.). Petrolina, PE: Franciscana, 2012.

FARIA, Alexandre Augusto Ramos de et al. **O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT): uma análise da governança estabelecida pelos colegiados territoriais do Estado do Paraná**. 2019. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

FERRAZ, Álvaro. Floresta : memória de uma cidade sertaneja no seu cinquentenário. **Cadernos de Pernambuco**, Recife : Secretaria de Educação e Cultura, n. 8, 1957.

FONSECA, Sergio Azevedo; MORAIS, Leandro; CHIARIELLO, Caio Luis. As contribuições da Economia Solidária no contexto da Covid-19: o caso das hortas comunitárias em Araraquara (SP), Brasil. **Sobre México Temas de Economía**, p. 104-126, 2021.

FURLANETO, Fernanda de Paiva Badiz; SOARES, Anelisa de Aquino Vidal Lacerda; FURLANETO, Laura Badiz. COVID-19: IMPACTO NO MERCADO DE HORTALIÇAS E FRUTAS. **Revista Internacional de Ciências**, v. 10, n. 3, p. 3-12, 2020.

GODOI, Christiane Kleinübing. DE MELLO, Rodrigo Bandeira, SILVA, Anielson Barbosa. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006. ISBN: 85-02-05948-3

GOMES, Ana Paula Wendling et al. A SUSTENTABILIDADE NA HORTA COMUNITÁRIA DO IFMG-CAMPUS PONTE NOVA: INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO. Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR. Curitiba: 2020.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 125-146, 2014.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Etnogênese e 'regime de índio' na Serra de Umã. **João Pacheco-org.-A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena**. Contra Capa livraria/LACED. 2ª edição. Rio de Janeiro, Brasil, p. 139-174, 2004.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. "**Regime de índio**" e faccionalismo: os Atikum da serra do Umã. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993.

LUZ, Ricardo Silveira. **Gestão do clima organizacional**. Qualitymark Editora Ltda, 2003.

MENDONÇA, Caroline Leal, et al. Nossa Serra, Nossa Terra: Identidade e Território Tradicional Atikum e Pankará. **Serra Umã e Arapuá. Conselho de Professores Indígenas Atikum e Organização da Educação Escolar Pankará - COPIPE**. 2012.

OLIVEIRA, Daniela; GRISA, Cátia; NIEDERLE, Paulo. Inovações e novidades na construção de mercados para a agricultura familiar: os casos da Rede Ecovida de Agroecologia e da RedeCoop. **Redes**, v. 25, n. 1, p. 135-163, 2020.

PEREIRA; Gracilda **Gracilda Pereira**: depoimento [nov. 2021]. Entrevistador: E. A. Beserra. Petrolina: Sítio Coelho, 2021.

RIBEIRO SILVA, Rita de Cássia; PEREIRA, Marcos; CAMPELLO, Tereza; ARAGÃO, Érica; GUIMARÃES, Jane Mary de Medeiros; FERREIRA, Andréa; BARRETO, Maurício Lima; SANTOS, Sandra Maria Chaves dos. Implicações da pandemia COVID-19 para a

segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 9, p. 3421-3430, 2020.

SALOMÃO, Ricardo Dantas Borges et al. **Etnicidade, processos de territorialização e ritual entre os índios Tuxá de Rodelas**. Rio de Janeiro: UFF. 2007.

SILVA, Edneide Maria da, et al. Projeto vidas paralelas indígena: revelando o povo ATIKUM de Pernambuco, **Revista Tempus Actas de Saúde Coletiva**. Brasil. 2012.



Como citar este artigo (Formato ABNT):

BESERRA, Eljalma Augusto; SANTOS, Vivianni Marques Leite dos; SILVA, Eva Mônica Sarmiento da; OLIVEIRA, Lucia Marisy Souza Ribeiro de; Caffé Filho, Hesler Piedade. Horta Comunitária e Quintais Produtivos da Comunidade Coelho Atikum Jurema e os Desafios da Covid-19. **Id on Line Rev. Psic.**, Dezembro/2021, vol.15, n.58, p. 368-390, ISSN: 1981-1179.

Recebido: 26/11/2021;

Aceito 22/12/2021;

Publicado em: 30/12/2021.